

AJUDA, DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA NO QUADRO DA CONVENÇÃO ACP-CEE DE LOMÉ (*)

José Monteiro Barata (**)

1 — Introdução

A política europeia de cooperação para o desenvolvimento articula-se em torno de dois grandes eixos de actuação:

Os acordos regionais de tipo contratual (Convenção de Lomé, acordos com os países do Magrebe (1) e Machrek (2); e

As acções ao nível mundial (ajuda alimentar, sistema de preferências generalizadas, acordos comerciais, ajuda de urgência, entre outras).

Registe-se ainda os programas especiais de luta contra a fome no mundo, a participação em organizações internacionais e o apoio a acções e a projectos de organizações não governamentais (ONG). O veículo essencial da política de ajuda ao desenvolvimento da Comunidade é o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), sustentáculo financeiro do programa de ajuda da Convenção ACP-CEE de Lomé — instrumento de financiamento extra-orçamento comunitário.

Para a CEE, o «diálogo Norte-Sul» e a «interdependência global» têm sido os fundamentos da cooperação Norte-Sul. Neste plano de análise, a política europeia de cooperação poderá definir-se como o conjunto de objectivos, medidas, instituições, acordos e recomendações através dos quais a CEE «organiza a interdependência».

A ajuda multilateral da CEE representou na década de 80 uma pequena parte dos recursos afectados pelos seus Estados membros à ajuda pública ao desenvolvimento (APD) (cerca de 10%). Por sua vez, a Convenção de Lomé tem atingido apenas cerca de 40% da ajuda financeira comunitária total.

(*) O presente artigo é basicamente constituído por uma selecção de estudos efectuados no decorrer da elaboração de uma dissertação de mestrado na Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, subordinada ao título «Tecnologia para o desenvolvimento: O programa e a acção no quadro da Convenção ACP-CEE de Lomé», Julho de 1987. A orientação desta tese esteve a cargo de Prof. Jochen Oppenheimer.

(**) Assistente do ISEG, membro da equipa de Economia da Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

(1) Marrocos, Argélia e Tunísia.

(2) Egipto, Jordânia, Líbano, e Síria.

1.1 — O desenvolvimento e a ajuda nas Convenções de Lomé

O assunto principal deste artigo centra-se na análise de um bloco fundamental das Convenções de Lomé: «a cooperação financeira e técnica». Privilegia-se a análise da componente tecnológica da «ajuda ao desenvolvimento» sob a forma de programas e projectos de desenvolvimento económico e social. De seguida, numa perspectiva sintética, apresenta-se uma leitura das diferentes Convenções de Lomé à luz da evolução das concepções e estratégias de desenvolvimento. O quadro seguinte (quadro n.º 1) pretende fazer essa síntese:

QUADRO N.º 1
Lomé e a evolução do conceito de desenvolvimento

Concepções de desenvolvimento	Estratégias de desenvolvimento	Relações ACP-CEE
Desenvolvimento = crescimento (Big-Push).	Crescimento do PNB (acumulação de capital).	Convenção de «associação»/laundé (1958-1963) (1964-1974).
Desenvolvimento integrado (ONU). Desenvolvimento sócio-económico (J. Drewnowski). Desenvolvimento unificado (P. Streeten).	Crescimento/emprego Crescimento/emprego/pobreza (Emprego)/pobreza/necessidades básicas.	Lomé I e Lomé II (1975-1984).
Ecodesenvolvimento (I. Sachs). Desenvolvimento autónomo (Reiffers, Amin, Ernest). «Outro desenvolvimento» (M. Nerfin).	Necessidades básicas/ecossistema «tecnologias alternativas». Estratégia autoconcentrada/NOEI/desconexão/reforço do sistema produtivo/tecnologia apropriada e capacidade tecnológica autónoma. Autocentramento/NOEI/democratização (descentralização, participação, ONG)/sociedade civil/cultura/ecologia/tecnologia apropriada.	Lomé III (1985-1990) (desenvolvimento autónomo, tecnologia apropriada, ambiente, direitos do homem).

As três Convenções de Lomé abordadas (Lomé I, II e III) substituíram, com Lomé I em 1975, outras três: a Convenção de «associação» (1.º FED), celebrada aquando o Tratado de Roma; a de laundé I (2.º FED, 1964), e a de laundé II (3.º FED, 1970). A política de Lomé assenta na cooperação entre dois grupos regionais, na cooperação previsível e global e no diálogo permanente.

1.2 — A Convenção de Lomé IV

No dia 15 de Dezembro de 1989 a Comunidade e os 66 Estados ACP (incluídos todos os países africanos de expressão oficial portuguesa) renovaram a assinatura de uma convenção (Lomé IV) que vai reger as suas relações

durante 10 anos. Dois novos Estados, Haiti e a República Dominicana, aderiram à nova Convenção, tendo-se perspectivado também a adesão da Namíbia. Esta Convenção entrou em vigor em 1 de Março de 1990 e vai permanecer até ao fim de Fevereiro do ano 2000. Com a duração de 10 anos e com um protocolo financeiro de cinco anos, renovável, a Convenção coloca à disposição dos países ACP 12 000 milhões de ecu destinados aos cinco primeiros anos, repartidos da seguinte forma:

- 10 800 milhões a título do FED (7.º FED), ou seja, um aumento nominal superior a 40 % e real superior a 20 % relativamente a Lomé III;
- 1200 milhões a título de recursos próprios do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

A par deste esforço financeiro, melhorou-se substancialmente a «qualidade da ajuda». Assim, com a excepção dos capitais de risco geridos pelo BEI, a totalidade da ajuda via FED será composta apenas por subvenções, tendo os empréstimos especiais sido suprimidos, assim como a obrigação de reconstituição dos fundos STABEX.

Lomé IV apresenta várias inovações importantes. A mais marcante será, sem dúvida, a introdução de um dispositivo de apoio às políticas de saneamento económico («ajustamento estrutural»), que não substitui mas complementa as acções habituais de desenvolvimento, comportando uma dotação financeira especial (1,15 MECU). Uma segunda novidade é a inserção de um capítulo relativo à dívida externa. A cooperação industrial é também chamada a desempenhar um papel importante, complementando o desenvolvimento rural e agrícola. Neste quadro é dada uma maior importância ao sector privado e ao investimento estrangeiro. Os domínios de cooperação alargaram-se também: a demografia, o desenvolvimento das actividades de serviços e a protecção do ambiente integram a nova Convenção.

Em suma, num contexto internacional particularmente turbulento, caracterizado pela emergência de novas prioridades no Leste e pela escassez de meios financeiros por parte da maioria das agências de desenvolvimento, a assinatura da nova Convenção traduz o indelével propósito de se prosseguir os esforços de desenvolvimento e de cooperação, evidenciando-se, mais uma vez, o carácter exemplar da Convenção de Lomé no domínio das relações Norte-Sul.

1.3 — Breve caracterização do perfil da ajuda de Lomé

Alguns traços caracterizadores das realizações da Convenção de Lomé estão patentes nos quadros e gráfico seguintes.

Um primeiro balanço geral do alcance das Convenções de Lomé pode ser feito analisando o quadro e gráfico seguintes (quadro n.º 2 e gráfico n.º 1).

QUADRO N.º 2

Os montantes financeiros da ajuda (programada e não programada)
de Lomé (I, II, III e IV)

(Milhões de ECU)

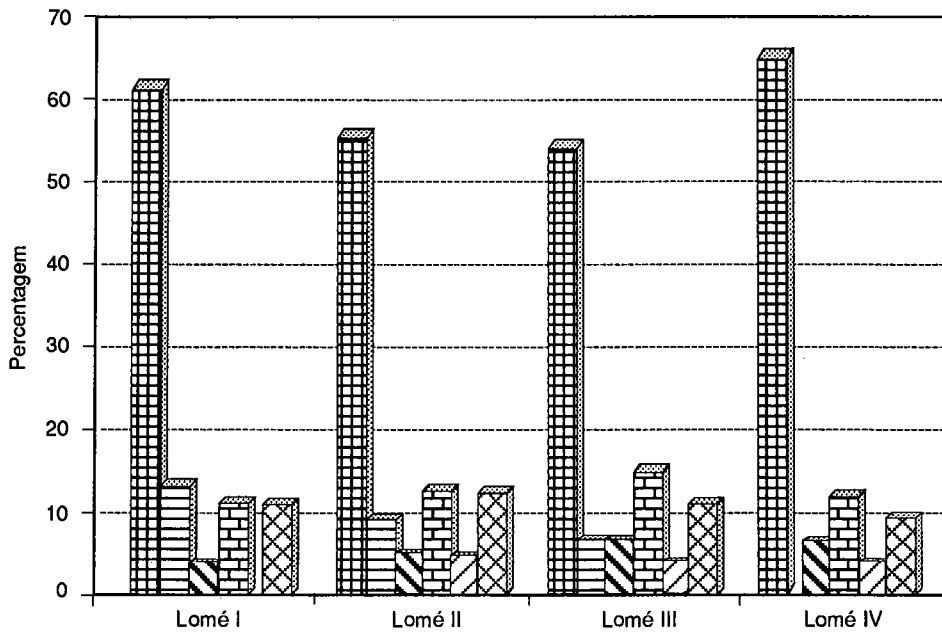
Convenção	Lomé I	Lomé II	Lomé III	Lomé IV
Total	3 513	5 384	8 916	12 000
FED	3 123	4 710	7 816	10 800
Subvenções	2 188	2 965	4 880	7 995
Empréstimos especiais	449	525	600	—
Capitais de risco	96	275	600	825
SATBEX	390	669	1 376	1 500
SYSMIN	—	276	360	480
BEI	390	685	1 100	1 200

Fonte: «De Lomé III à Lomé IV», *Europe Information*, CEE (1991), p. 44.

GRÁFICO N.º 1

Instrumentos financeiros de Lomé

(Em percentagem do envelope financeiro total)



Instrumentos financeiros:

- Subvenções.
- STABEX.
- Empréstimos especiais.
- SYSMIN.
- Capital de risco.
- BEI.

Estas são as principais rubricas da ajuda de Lomé. A ajuda programada (subvenções e empréstimos especiais) constitui cerca de 65 % da ajuda total. Uma análise mais fina da evolução efectiva destes fluxos financeiros levaria em conta a inflação (introduzindo certos deflacionadores, como, por exemplo, o índice dos valores unitários das exportações da OCDE) e a capitação da ajuda — uma avaliação em termos reais *per capita*.

QUADRO N.º 3
Fundo Europeu de Desenvolvimento. Compromissos e pagamentos
em 31 de Dezembro de 1989

(Milhões de ECU)

	Resultado acumulado	Percentagem da dotação	Ano de 1989
Compromissos:			
4.º FED	3 084	98,8	1
5.º FED	4 586	97,4	133
6.º FED	5 950	76,1	2 379
Pagamentos:			
4.º FED	2 984	95,4	31
5.º FED	3 628	77	236
6.º FED	2 293	29,3	1 016

Fonte: «De Lomé III à Lomé IV», *Europe Information*, CEE (1991), p. 4

O quadro anterior mostra, em particular, os importantes *lags* entre compromissos e pagamentos que ainda se verificam, indiciando alguma dificuldade na absorção da ajuda. Nota-se, contudo, uma tendência para a redução destes em Lomé III (6.º FED).

QUADRO N.º 4
Repartição sectorial dos financiamentos dos fundos
em 31 de Dezembro de 1989

(Milhões de ECU)

Principais sectores	Lomé II	Percentagem	Lomé III	Percentagem
Produção rural	1 137	24,8	1 978	33,2
Transportes e comunicações	838	18,3	846	14,3
Industrialização	919	20,2	687	11,5
STABEX	630	13,8	1 192	20
Outros (a)	1 051	22,6	1 247	21
<i>Total</i>	4 575	100	5 950	100

(a) Ajuda de urgência, ajuda aos refugiados, promoção comercial, educação e saúde.

Fonte: «De Lomé III à Lomé IV», *Europe Information*, CEE (1991), P. 22

O quadro acima esclarece-nos sobre a ênfase colocada na «produção rural» e no «STABEX» no âmbito de Lomé III e a retracção da «industrialização».

QUADRO N.º 5
Repartição dos mercados em 31 de Dezembro de 1989

FED	(Porcentagem)		
	Obras	Forneci- mentos	Assistência técnica
4.º FED	57	24,7	18,3
5.º FED	49,2	29,8	21
6.º FED	34,8	28,2	37

Fonte: «De Lomé III à Lomé IV», *Europe Information*, CEE (1991), p. 29

O quadro n.º 5 evidencia, em especial, o crescimento da importância da assistência técnica no quadro dos mercados de Lomé, de acordo com os resultados dos estudos empíricos que se seguem (ponto 4).

Os três próximos capítulos constituem o núcleo central do artigo. Referindo-se unicamente aos 4.º e 5.º FED, o objectivo é tão-somente ilustrar procedimentos possíveis para analisar a questão da «ajuda para o desenvolvimento». As principais fontes utilizadas são «Communication de la Commission à la Cour de Comptes, au Parlement Européen et au Conseil», de 26 de Março de 1986, os relatórios anuais do Conselho de Ministros ACP-CEE e os *World Development Report*, do Banco Mundial.

2 — A qualidade (teórica) da ajuda de Lomé (I e II):

Ensaio recorrendo à análise em componentes principais

2.1 — Selecção de indicadores

O ensaio em questão tem como objectivo principal posicionar os países ACP de Lomé I e de Lomé II segundo o perfil da ajuda recebida, ou seja, segundo a melhor ou pior qualidade (teórica) da ajuda recebida. A expressão «qualidade (teórica) da ajuda» fundamenta-se num conjunto de indicadores de ajuda que teoricamente, independentemente do estudo de situações concretas, reflectem *a priori*, uma maior ou menor ligação da ajuda com o desenvolvimento económico e social, quer em termos do seu impacte sobre a estrutura produtiva (indicadores da divisão sectorial da ajuda) quer em termos das condições da sua concessão (nível do «elemento subvenção» da ajuda, ritmos de pagamentos, etc.). Nesta perspectiva, os indicadores seleccionados e calculados para efectuar o referido ensaio foram os seguintes:

- 1 — Compromissos totais *per capita* (ECU);
- 2 — Subvenções/compromissos totais (porcentagem);

- 3 — Subvenções (processo acelerado)/compromissos totais (percentagem);
- 4 — Pagamentos/compromissos totais (percentagem);
- 5 — Número de modalidades de ajuda;
- 6 — Cooperação técnica e formação/compromissos totais (percentagem);
- 7 — Cooperação agrícola e industrial (CTA/CDI)/compromissos totais (percentagem);
- 8 — Micro-realizações (micro-FED)/compromissos totais (percentagem).

O indicador 1 constitui uma condição de partida importante para a efectivação, em princípio, de uma ajuda com poder de intervenção na alteração da estrutura económica de um país recipiente. O indicador 2 traduz o elemento subvenção (doação da ajuda) e o indicador 3 o mesmo fenómeno refinado pela flexibilidade/rapidez do processo de implementação da ajuda de Lomé. As subvenções (processo acelerado) dizem respeito apenas aos domínios de cooperação técnica (ligada e geral), da promoção comercial e vigilância de obras ⁽³⁾. O indicador 4 reflecte a maior ou menor capacidade de concretização da ajuda, evitando mais ou menos o fenómeno da desvalorização. O indicador 5 expressa a diversidade dos canais de ajuda que os países souberam mobilizar (subvenções, empréstimos, capitais de risco, micro-realizações, etc). O indicador 6 tem por objectivo evidenciar o empenho colocado no desenvolvimento científico e tecnológico e no desenvolvimento dos recursos humanos, sectores fundamentais de qualquer estratégia de desenvolvimento. O indicador 7 é uma aproximação à intervenção específica da ajuda no domínio da alteração da estrutura produtiva. Este indicador baseia-se nas actividades do CDI (4.º e 5.º FED) e do CTA (5.º FED) ⁽⁴⁾. Finalmente, o indicador 8 retrata a conexão da ajuda com as populações locais a nível descentralizado e apelando à participação. Em suma, o indicador 1 refere-se ao volume da ajuda, os indicadores 2, 3, 4 e 5 referem-se às condições gerais da concessão da ajuda e os indicadores 6, 7 e 8 à distribuição sectorial da ajuda.

2.2 — Metodologia

A síntese de toda esta informação e os consequentes resultados — a posição (hierarquia) dos países ACP segundo a qualidade (teórica) da ajuda serão obtidos com base na análise em «componentes principais». A matriz de correlações para os oito indicadores referidos, relativos aos 59 países de Lomé I e

⁽³⁾ V. Comissão das Comunidades Europeias (1986).

⁽⁴⁾ De salientar que em termos da fonte estatística consultada — Comissão das Comunidades Europeias (1986), as actividades destes centros concentram-se na cooperação regional.

aos 64 de Lomé II, é o ponto de partida do método referido. A análise em componentes principais integra-se num processo de maior generalidade: a análise factorial. O objectivo da análise em componentes principais é a construção a partir de um conjunto de variáveis X_j ($j = 1, 2, \dots, K$) de um novo conjunto de variáveis sintéticas C_j ($j = 1, 2, \dots, k$) (variáveis artificiais ortogonais), denominadas «componentes principais». Estas componentes são combinações lineares das variáveis x_j :

$$\begin{aligned} C_1 &= a_{11} X_1 + a_{12} X_2 + \dots + a_{1k} X_k \\ (\dots) \\ C_k &= a_{k1} X_1 + a_{k2} X_2 + \dots + a_{kk} X_k \end{aligned}$$

Os a_{ij} são os *loadings* (pesos) a obter. A sua determinação deve obedecer a duas condições: a) as componentes principais devem ser não correlacionadas (ortogonais); b) a primeira componente principal deve explicar a máxima proporção da variância total contida no conjunto das variáveis iniciais. A segunda componente extraída deve explicar o máximo da restante variabilidade das variáveis X_j , e assim sucessivamente. O máximo de componentes a extrair é igual ao número de variáveis iniciais. Geralmente, só é retido um número reduzido de componentes principais. Neste estudo vamos reter apenas a 1.^a e a 2.^a componentes principais ⁽⁵⁾. A concretização gráfica dos resultados traduz a projecção da «nuvem de pontos» situada num espaço métrico — número de países ACP segundo os indicadores referidos — sobre um plano formado pelos «eixos principais de inércia» da nuvem, procurando-se minimizar a perda da informação causada por essa projecção ⁽⁶⁾.

Neste estudo procederemos a três ensaios: o primeiro referente aos valores do 4.^o FED; o segundo em relação aos valores do 5.^o FED; e, finalmente, um terceiro referente aos valores conjuntos do 4.^o e do 5.^o FED. Para a efectivação destes ensaios utilizámos um programa de análise em componentes principais.

2.3 — Resultados

Os resultados do ensaio para o 4.^o FED constam do gráfico n.^o 2, constituído por dois eixos principais. O primeiro «explica» 27 % da variância da nuvem inicial de pontos e o segundo «explica» 21 % da mesma nuvem. No seu conjunto o plano «explica» 48 % da variância inicial da nuvem.

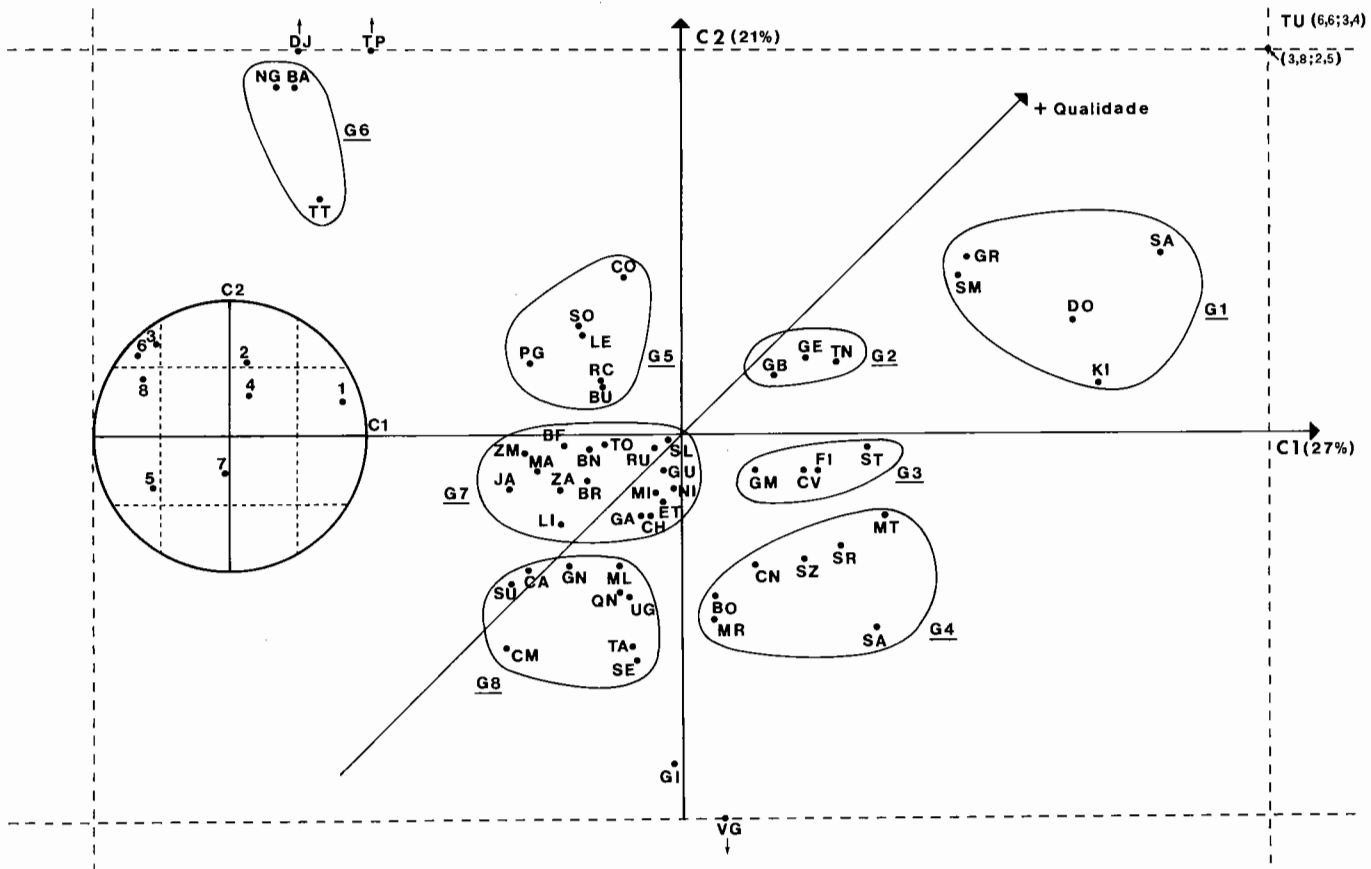
O significado de cada eixo é-nos dado pelo «círculo de correlações», incluído no gráfico n.^o 2. Assim, a 1.^a componente principal traduz a oposição entre os compromissos *per capita* (indicador 1-i.1) por um lado e o número de modalidades de ajuda (i.5) e a percentagem de micro-realizações (i.8), por outro. A separação espacial efectuada por este eixo centra-se basicamente no volume

⁽⁵⁾ V., entre outros, A. Koutsoyiannis (1987), e J. Bouroche e outro (1980).

⁽⁶⁾ V. J. Bouroche e outro (1980), p. 20, A. Mateus e outro (1983), pp. 2636-7.

Qualidade (teórica) da ajuda — 4.º FED

(Grupos de países ACP receptores)



de ajuda recebida por cada país ACP. A 2.^a componente principal produz uma separação espacial com base no nível das subvenções (processo acelerado ou não) (i.2 e i.3) e na percentagem da cooperação técnica e formação nos compromissos (i.6). O poder explicativo desta 2.^a componente é, portanto, considerável.

Os resultados do gráfico resumem-se na constituição de oito agrupamentos de países ACP por ordem decrescente de qualidade (teórica) da ajuda. Se a interpretação dos agrupamentos no 1.^o e 3.^o quadrantes não oferece dúvidas (*scores* positivos para a 1.^a e 2.^a componentes no caso do 1.^o quadrante e *scores* negativos a 1.^a e 2.^a componentes no caso do 3.^o quadrante), já a interpretação dos agrupamentos em termos de hierarquização no 2.^o e 4.^o quadrantes levanta algumas dúvidas. O critério seguido privilegia os *scores* da 1.^a componente, dado o seu maior peso na explicação da variância total, atribuindo assim uma posição superior aos agrupamentos do 4.^o quadrante em relação aos do 2.^o quadrante.

O grupo de países ACP melhor posicionado em termos da qualidade da ajuda (fundos do 4.^o FED) é constituído por Salomão (SA), Dominica (DO), Kiribati (KI), Granada (GR) e Samoa (SM), destacando-se muito neste grupo o Tuvalu (TU). O grupo pior posicionado, segundo esta análise (7), é constituído pela Costa do Marfim (CM), Sudão (SU), Camarões (CA), Gana (GN), Quênia (QN), Malawi (ML), Uganda (UG), Tanzânia (TA) e Senegal (SE). Saliente-se que deste grupo a Costa do Marfim, os Camarões e o Senegal foram signatários de laundé. Quanto ao grupo 6, este é formado por países de elevado rendimento *per capita*, nomeadamente Trindade e Tabago (TT), interessados basicamente na cooperação técnica e formação. Guiné-Bissau e Cabo Verde integram o 2.^o e o 3.^o grupos, respectivamente. São Tomé e Príncipe aparece como um país bem colocado no campo das subvenções e da cooperação técnica e formação.

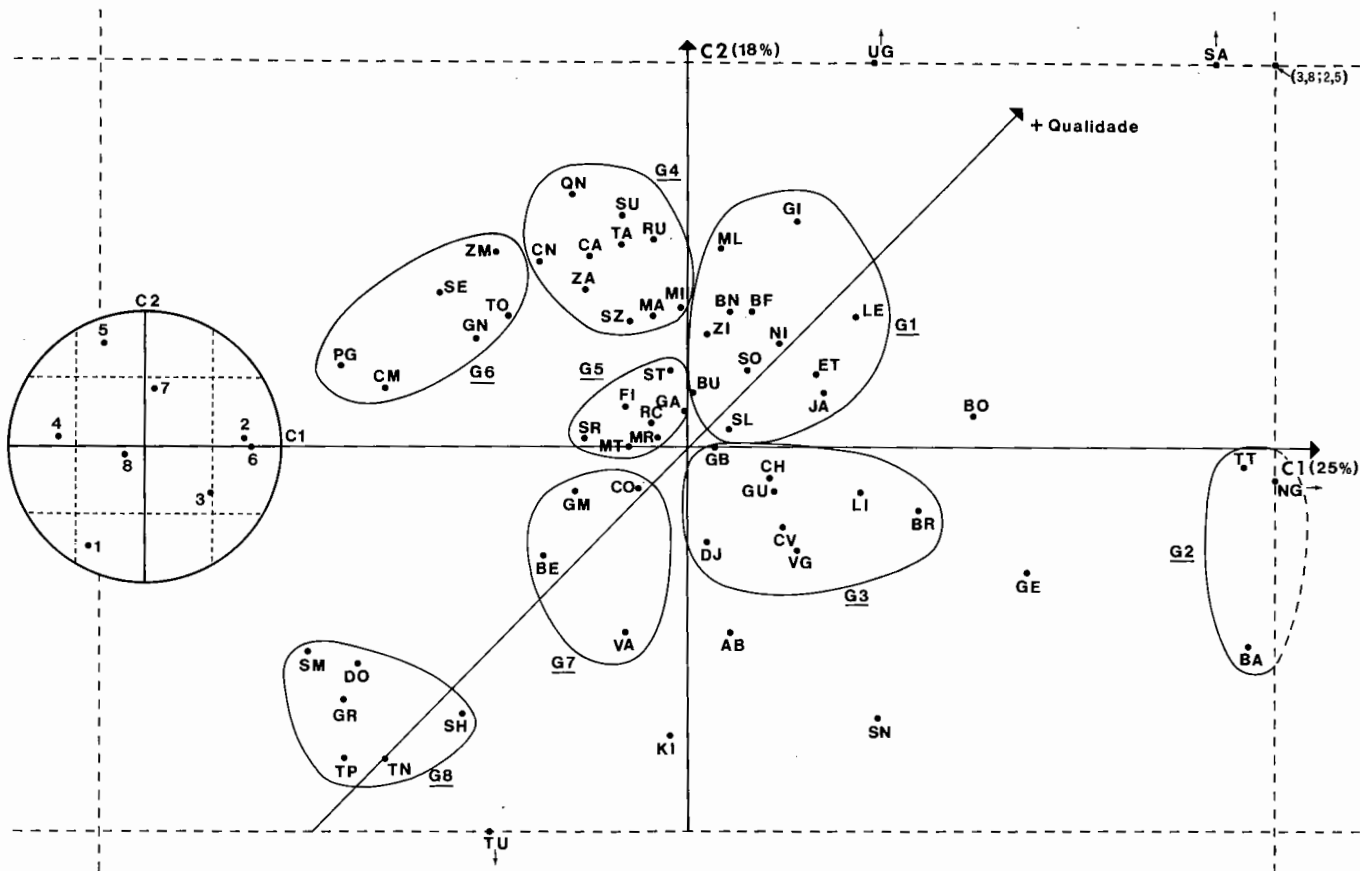
Para o 5.^o FED, o plano representado pelo gráfico n.^o 3 «explica» 43 % da variância inicial da nuvem. A interpretação dos eixos, segundo o círculo de correlações respectivo, é muito diferente, quase oposta, relativamente à interpretação dos eixos do 4.^o FED. Agora a 1.^a componente principal provoca uma distinção entre os países ACP essencialmente segundo a parte das subvenções e da cooperação técnica nos compromissos (i.2 e i.6). Por sua vez, a 2.^a componente principal traduz a oposição entre o número de modalidades de ajuda (i.5) e as acções do CDI/CTA (i.7) em relação aos compromissos *per capita* (i.1) (8). Dada a interpretação quase oposta dos eixos já referidos, se o perfil da ajuda do 5.^o FED permanecesse idêntico ao do 4.^o FED (*caeteris paribus*), os países deveriam aparecer em quadrantes opostos. Este facto é notório em relação ao grupo 6 do 4.^o FED (Nigéria, Barbados, e Trindade e

(7) Recordemos a importância dos compromissos *per capita* atribuída pela 1.^a componente principal, elemento fundamental do estabelecimento da hierarquia em questão.

(8) A correlação do indicador 1 com a 2.^a componente principal é de -0,723. V. o círculo de correlações incluído no gráfico n.^o 3.

Qualidade (teórica) da ajuda — 5.º FED

(Grupos de países ACP receptores)



Tabago), agora grupo 2 do 5.º FED ⁽⁹⁾ Aparecem neste 5.º FED em posição de realce, segundo o nosso principal critério — *scores* positivos para a 1.º e 2.º componentes — o Lesoto, a Etiópia, a Jamaica, a Serra Leoa, a Guiné, o Malawi, o Benim, o Burkina Faso, o Níger, o Zimbawe, a Somália e o Burundi. Destacados muito favoravelmente em relação a este grupo, encontramos a Uganda e Salomão e em menor grau o Botswana. Guiné-Bissau e Cabo Verde encontram-se no grupo 3 e São Tomé e Príncipe no grupo mais desfavorecido (grupo 8).

Finalmente, interessa ensaiar o método delineado para os valores agregados do 4.º e do 5.º FED. Os resultados desta análise global da qualidade (teórica) da ajuda referente aos 4.º e 5.º FED (conjuntos) apresentam-se no gráfico n.º 4. O plano construído «explica» 47 % da variância total. A interpretação dos eixos é muito semelhante à do 5.º FED. Verificamos mais nitidamente que a 1.ª componente principal separa os países segundo o nível de subvenções e a parte da cooperação técnica e formação no total dos compromissos (i.2 e 6), penalizando os países segundo o nível de compromissos *per capita* (i.1). A 2.ª componente produz uma separação espacial segundo o número de modalidades de ajuda (i.5), a percentagem dos pagamentos nos compromissos (i.4) — variável não relevante no anterior ensaio — e as acções do CDI/CTA (i.7), sendo as micro-realizações (i.8) ponderadas negativamente por esta componente. Nesta perspectiva, o posicionamento dos países ACP segundo os valores agregados do 4.º e do 5.º FED é relativamente semelhante ao do 5.º FED. Saliente-se a excelente posição do grupo 3 (Trindade e Tabago, Nigéria e Barbados) em termos da 1.ª componente e as melhores posições no plano (1.ª e 2.ª componentes) do grupo 1 (Mauritânia, Botswana, Lesoto, e Somália) e do grupo 2. Na cauda encontramos as ilhas Fiji, Kiribati, Vanuatu, as Seicheles e São Cristóvão e Nevis.

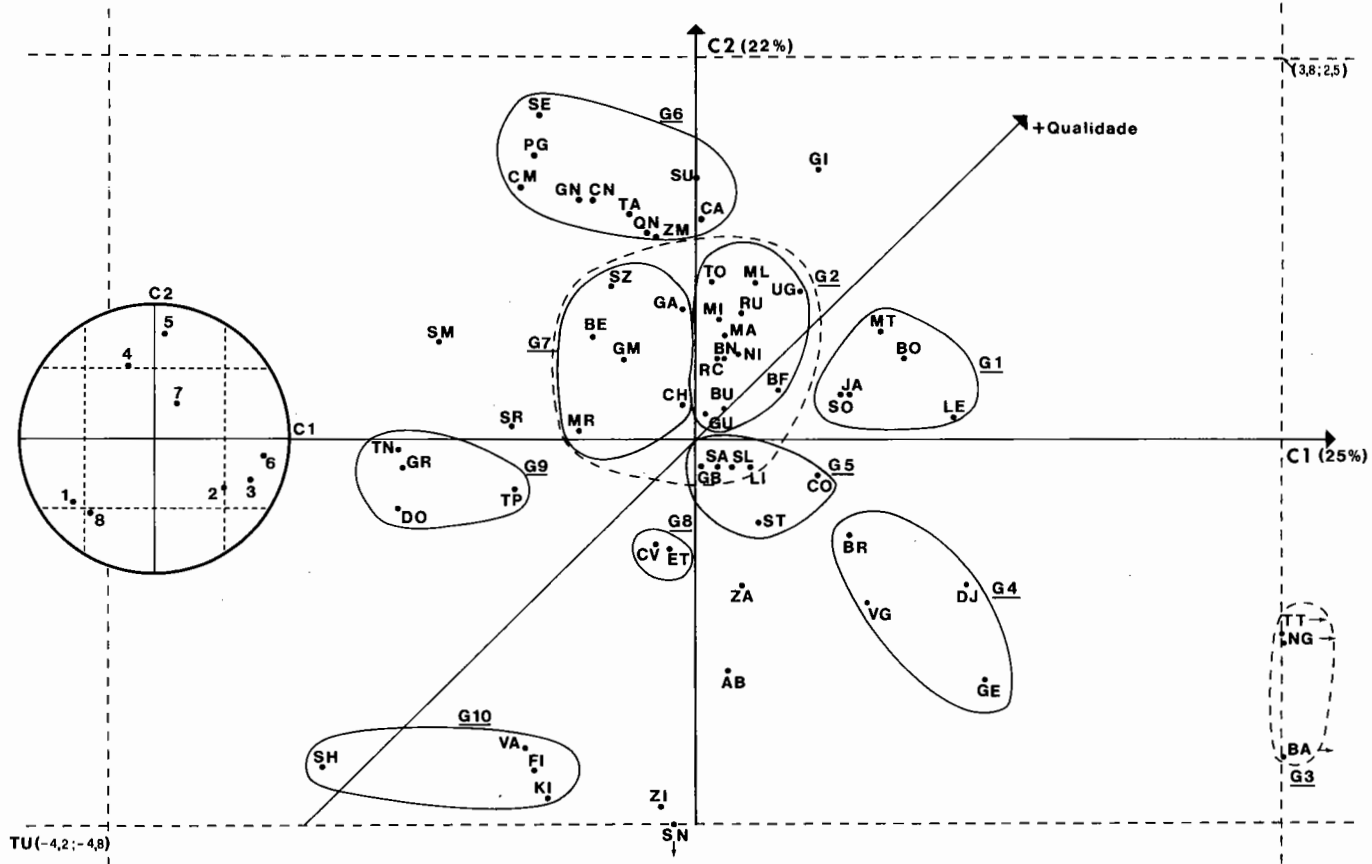
A Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe encontram-se, respectivamente, nos grupos 5, 8 e 9. No contexto do 4.º e 5.º FED estes países africanos de expressão oficial portuguesa (PAEOP) atingem, pode dizer-se, posições medianas. As posições de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe no 3.º quadrante deve-se, em primeiro lugar, aos elevados níveis de ajuda *per capita*, especialmente São Tomé e Príncipe (133,3 ECU), facto esse penalizado pela 1.ª componente principal. Por outro lado, as posições dos PAEOP referidos apontam para a necessidade futura de se incrementar, especialmente: a) a cooperação técnica e formação; b) a utilização diversificada dos canais de ajuda de Lomé; e c) um maior contacto com os centros técnicos e de desenvolvimento criados no contexto da Convenção de Lomé — o CDI e o CTA ⁽¹⁰⁾.

⁽⁹⁾ A classificação do grupo 2 levanta dúvidas e é um caso ilustrativo da fluidez e até da artificialidade na constituição destes agrupamentos. De facto, a considerar apenas a 1.ª componente principal, este grupo é o primeiro na hierarquia definida, nomeadamente a Nigéria com um *score* de 4,3 contra 1,1 do Lesoto.

⁽¹⁰⁾ Em relação ao CTA, a sua entrada em funcionamento deu-se relativamente tarde, sendo fixado o primeiro orçamento para este Centro em 1984 (1,25 milhões de ecu). V. Decisão n.º 1/84 do Comité dos Embaixadores ACP-CEE, de 27 de Janeiro de 1984.

Qualidade (teórica) da ajuda — 4.º e 5.º FED (conjuntos)

(Grupos de países ACP receptores)



Note-se que alguns países ACP participaram apenas no 5.º FED ⁽¹¹⁾. Deste modo, para estes países os montantes e a estrutura da ajuda do 5.º FED e do 4.º e 5.º FED (conjuntos) são idênticos. Todavia, a localização da maioria destes países é muito distinta num e noutro ensaio. O Zimbawe, por exemplo, aparece no ensaio relativo ao 5.º FED no 1.º quadrante. No ensaio relativo ao 4.º e 5.º FED (conjuntos) aparece no 3.º quadrante. De facto, com o forte relevo dado à parte dos pagamentos nos compromissos segundo a 2.ª componente deste último ensaio, a maioria destes países vêem a sua posição inferiorizada. Somente o Belize vê a situação melhorada, na medida em que no âmbito do 5.º FED a parte dos pagamentos perfaz 98 % dos compromissos. Todos os outros países têm percentagens de pagamentos inferiores à média.

Os resultados deste ensaio irão ser utilizados adiante na análise da relação da ajuda de Lomé com o desenvolvimento económico e social registado nalguns países ACP.

3 — Níveis e trajectórias de desenvolvimento de países ACP (1976-84) ⁽¹²⁾

3.1 — Indicadores e metodologia

A próxima investigação tem por objectivo detectar níveis de desenvolvimento económico e social e trajectórias de desenvolvimento (linhas de evolução) referentes a 34 países ACP, países cuja população em 1976 era igual ou superior a 1 milhão de habitantes. O período escolhido cobre sensivelmente o período de Lomé I e de Lomé II analisado neste trabalho. Esta coincidência temporal permitir-nos-á encetar posteriormente uma tentativa de relacionamento da ajuda prestada e o desenvolvimento económico e social verificado.

A investigação irá socorrer-se da análise em componentes principais já sumariamente apresentada no decorrer do ensaio referente à qualidade da ajuda. A escolha de indicadores revelou-se uma tarefa difícil devido, principalmente, à própria complexidade do fenómeno em estudo e às já habituais dificuldades relacionadas com os dados estatísticos. A concepção que presidiu à selecção de indicadores e à própria investigação em geral centrou-se no carácter multidimensional e dinâmico do desenvolvimento. Assim, destacámos três vectores principais, englobando cada vector um conjunto de indicadores. A listagem dos vectores de desenvolvimento e respectivos indicadores é a seguinte:

I — Estrutura económica e desenvolvimento global

1) Indicadores (imediatos) de crescimento/desenvolvimento:

- A) Produto nacional bruto *per capita* (PNB, p. c.) em dólares dos Estados Unidos;

⁽¹¹⁾ Antígua e Barbuda, Belize, São Cristóvão e Nevis, Vanuatu e Zimbawe.

⁽¹²⁾ Uma versão mais reduzida deste estudo apareceu na revista *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 13, 1988, pp. 300-309.

B) Índice físico de qualidade de vida (PQLI de Morris: esperança de vida/taxa de mortalidade infantil/alfabetização ⁽¹³⁾);

2) Produção:

B) Produto interno bruto (PIB) do sector primário/PIB total (percentagem);

D) PIB do sector secundário/PIB total (percentagem);

E) Alteração estrutural na indústria ⁽¹⁴⁾;

3) População activa:

F População activa do sector primário/população activa total (percentagem);

G) População activa do sector secundário/população activa total (percentagem);

4) Despesa:

H) Consumo privado/PIB (percentagem);

I) Formação bruta de capital fixo (FBCF)/PIB (percentagem);

II — Autocentrimento (desconexão/ligação) e necessidades básicas

5) Grau de abertura:

J) (Exportações + importações)/PIB (percentagem);

K) Índice de envolvimento: PIB/(PIB + importações — exportações);

L) Serviço da dívida/PNB (percentagem);

6) Desenvolvimento endógeno e integração regional:

M) Produto da indústria transformadora/PIB (percentagem);

N) Exportações para os países em desenvolvimento /exportações totais (percentagem);

⁽¹³⁾ Em lugar da taxa de alfabetização, utilizou-se a frequência de ensino primário em percentagem do respectivo grupo etário.

⁽¹⁴⁾ A medida de «alteração estrutural na indústria» é definida como:

$$\cos \theta = \frac{\sum_i S_i(t) \cdot S_i(t-1)}{\sqrt{[\sum_i S_i(t)^2] \cdot [\sum_i S_i(t-1)^2]}}$$

onde $S_i(t)$ é a parte do valor acrescentado do ramo i no total do valor acrescentado no ano t . V. ONUDI (1985), p. 135.

7) Necessidades básicas:

- O) Calorias por habitante em percentagem das necessidades diárias;
- P) Número de habitantes por médico;
- Q) Taxa de escolaridade no ensino secundário (percentagem);
- R) Número de receptores de rádio por 1000 habitantes;

III — Tecnologia

8) Adaptação de tecnologia:

- S) Centros de tecnologia apropriada por milhão de habitantes;

9) Difusão de tecnologia:

- T) Tractores agrícolas por 1000 ha de terra arável e de culturas permanentes;
- U) Consumo de energia por habitante.

Este conjunto de 21 indicadores é o produto final de alguns ajustamentos ao longo da análise.

A análise em componentes principais realizada considerou os dois períodos — 1976 e 1984 — em conjunto. Assim cada unidade de observação («indivíduo») será constituída por um país ACP datado de 1976 e de 1984, como por exemplo: Etiópia 76, Etiópia 84, Jamaica 76, Jamaica 84, etc. ⁽¹⁵⁾.

3.2 — Interpretação das componentes principais

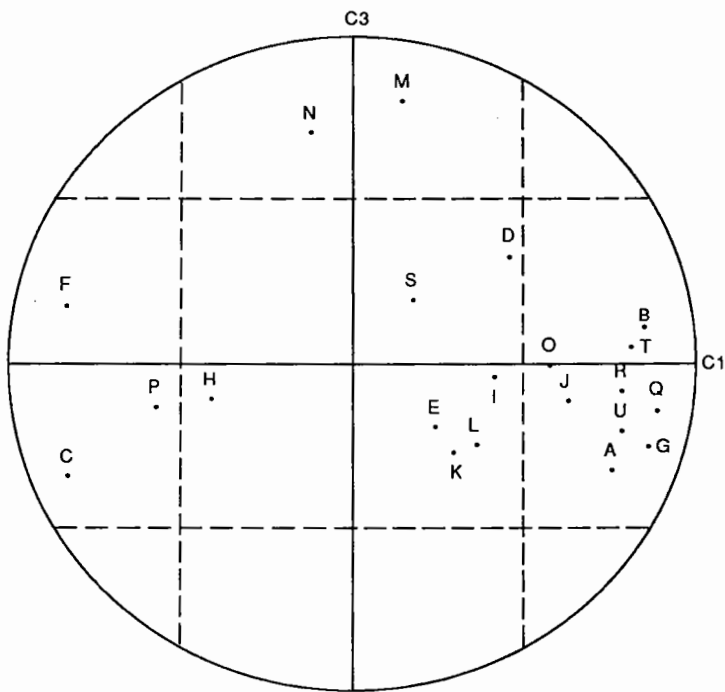
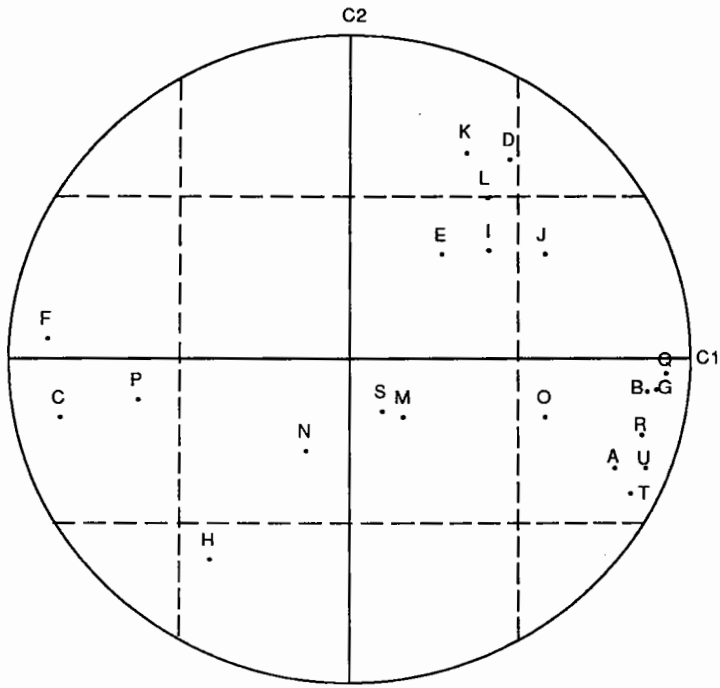
A análise em componentes principais com base nos 34 países ACP e nos 21 indicadores económicos e sociais relativos a dois momentos no tempo — início de Lomé I e período final de Lomé II (ano da assinatura de Lomé III) — conduziu-nos a um primeiro eixo factorial «explicando» 37 % da variância da informação inicial e a um segundo eixo «explicando» 12 %. O plano formado pelos dois eixos «explica», portanto, 49 % da variância inicial. A extracção de uma terceira componente principal mostrou-se importante para este ensaio ⁽¹⁶⁾. Ela «explica» 8 % da variância inicial.

⁽¹⁵⁾ V. A. Mateus e outro, *ibid.* (1983), p. 2638. Segundo estes autores: «Na perspectiva da análise factorial estaríamos, assim, dentro de um mesmo espaço e, portanto, com legitimidade para comparar 'trajectórias' de evolução da representação espacial de cada país.»

⁽¹⁶⁾ Segundo o critério de Kaiser, deveriam ser retidas todas as componentes principais cujo valor próprio fosse superior a 1. Nesta caso teríamos 6 componentes. V. A. Koutsoyiannis (1978), p. 433.

GRÁFICO N.º 5

Círculos de correlações (C1, C2 e C1, C3)



Segundo a análise dos círculos de correlações, tendo em atenção, em primeiro lugar, o plano formado pela 1.^a e 2.^a componentes principais e, em segundo lugar, o plano formado pela 1.^a e 3.^a componentes principais (gráfico n.º 5), podemos concluir que a 1.^a componente principal é o referencial básico de desenvolvimento económico e social registado, onde se incorporam: a) indicadores de alteração estrutural, crescimento e desenvolvimento — percentagem da população activa do secundário no total da população activa (i.G); PNB *per capita* (i.A); e índice da qualidade de vida (PQLI) (i.B); b) indicadores de satisfação de necessidades básicas (e cultura e comunicação) — calorias por habitante (i.O); taxa de escolaridade no ensino secundário (i.Q); e número de receptores de rádio (i.R); e c) indicadores de difusão de tecnologia — número de tractores agrícolas (i.T) e consumo de energia *per capita* (i.U) (17). Em suma, os *scores* atribuídos aos países ACP ao longo deste eixo podem ser considerados excelentes indicadores compostos de «desenvolvimento global, necessidades básicas e tecnologia».

À semelhança de um estudo já citado (18), a 1.^a componente principal provoca uma separação espacial baseada «na correlação existente entre o processo de industrialização, a melhoria dos níveis de desenvolvimento e o crescimento do produto por habitante» (19). Todavia, e de acordo com o estudo citado, «o facto de a oposição entre melhores ou piores indicadores sociais ser a mais forte ao longo deste eixo não autoriza qualquer interpretação no sentido de que a industrialização e o crescimento económico significam, necessariamente, desenvolvimento social, fundamentando, ao contrário, as diferenças que existem entre crescimento e desenvolvimento» (20).

A 2.^a componente principal é, no essencial, um referencial de inserção internacional das economias dos países ACP (índice de envolvimento — i.k; e serviço da dívida — i.L), conjugada com o fenómeno da industrialização (percentagem do produto do sector secundário no PIB) — i.D). De salientar ainda a oposição verificada segundo esta componente entre a participação do investimento e a do consumo no produto (i.l e i.H). Esta 2.^a componente principal é, por excelência, um referencial de abertura ao exterior — «ligação».

No tocante ao plano formado pela 1.^a e 3.^a componentes, denota-se a separação espacial produzida por esta última, com base no nível de desenvolvimento endógeno/«desconexão» (21) e integração regional — relações Sul-Sul —

(17) De acordo com Ramos dos Santos, (1983), p. 313, estes indicadores: «nas condições actuais [tenderão] a reflectir a difusão da tecnologia internacionalizada nos diferentes países, que normalmente, não é a mais apropriada à generalidade dos países em desenvolvimento. Para efeito de comparação internacional não é possível, por enquanto, dispor de alternativa».

(18) A. Mateus e outro (1983).

(19) *Id.*, *ibid.*, p. 2639.

(20) *Id.*, *ibid.*

(21) Dado o carácter essencialmente descritivo deste ponto do trabalho (análise da evolução registada) associamos, *grosso modo*, desenvolvimento endógeno a «desconexão».

(parte da indústria transformadora no produto — i.M; e exportações para os países em desenvolvimento — i.N). A adaptação de tecnologia adquire, segundo esta 3.^a componente, uma importância relativa. Desta forma, os dois planos seguidamente apresentados para 34 países ACP representam globalmente: desenvolvimento/necessidades básicas/tecnologia e «ligação» externa — plano (C₁, C₂); e desenvolvimento/necessidades básicas/tecnologia e «desconexão» — plano (C₁, C₃).

3.3 — Principais resultados

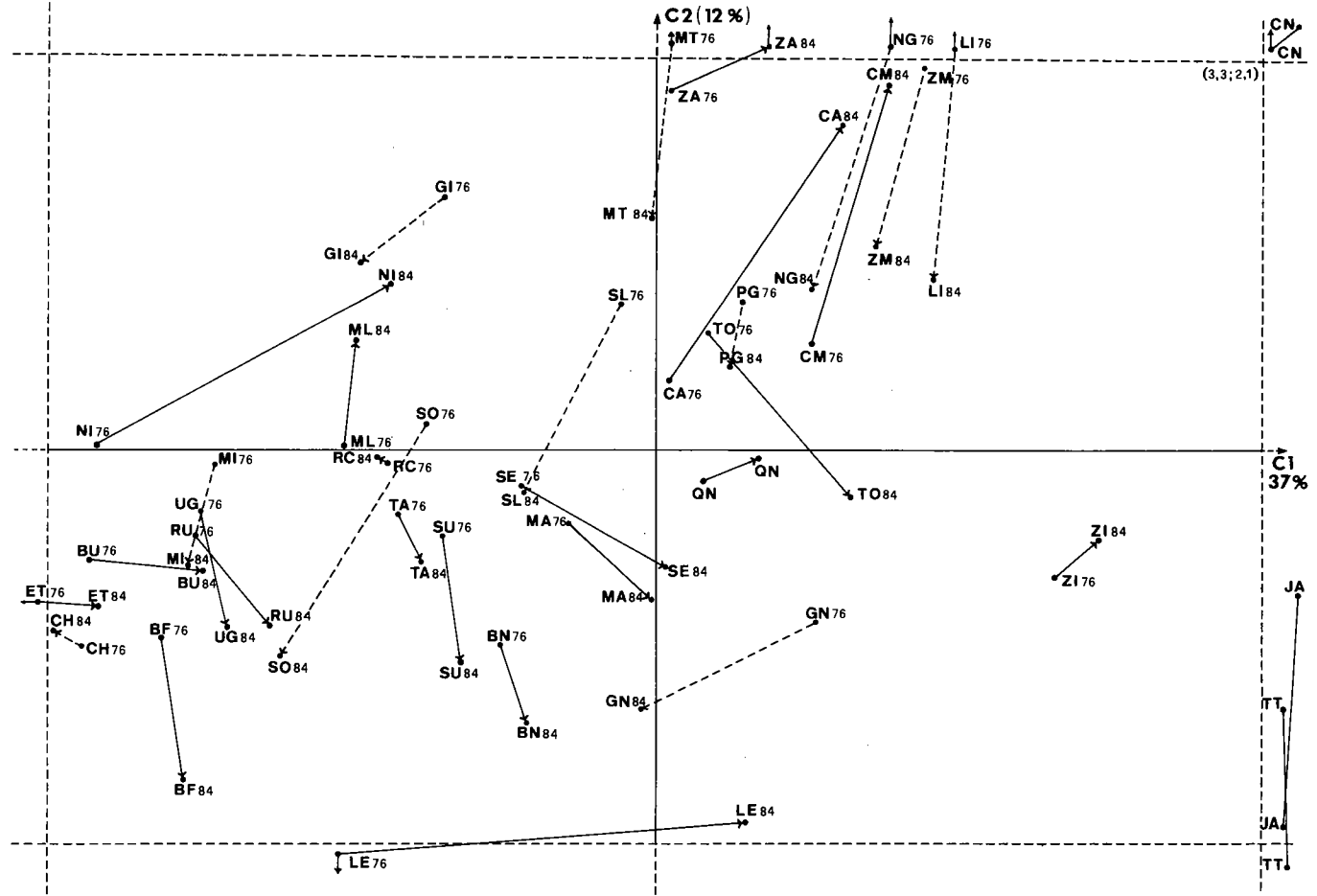
A leitura dos gráficos n.ºs 6 e 7 permite detectar de uma forma sintética níveis e trajectórias de desenvolvimento ⁽²²⁾. De acordo com a 1.^a componente principal, dos 34 países ACP seleccionados, os que em 1976 e em 1984 apresentam melhores níveis de desenvolvimento (alteração estrutural, satisfação de necessidades básicas e desenvolvimento tecnológico) são Trindade e Tabago e Jamaica (Caraíbas), Congo e Zimbawe (África). Na cauda aparecem, para os anos referidos: a Etiópia, o Chade, o Burundi, o Burkina Faso, e Mali, a Uganda e a Ruanda. Em termos de trajectórias de desenvolvimento, todos os países do melhor grupo enunciado apresentam, de 1976 para 1984, trajectórias de evolução positiva.

No grupo referido como o mais desfavorecido, apenas o Chade apresenta uma trajectória nítida de involução. Por outro lado, o Níger, com a trajectória de evolução positiva verificada entre 1976 e 1984, afasta-se actualmente deste grupo. Em contrapartida, a Somália em 1984 pode considerar-se pertencente ao citado grupo. Para a totalidade dos países ACP em causa, as maiores trajectórias de evolução positiva pertencem ao Congo e a Trindade e Tabago (não visualizadas nos gráficos), ao Lesoto, ao Níger, aos Camarões, ao Togo e ao Senegal. As maiores trajectórias de involução pertencem ao Gana, à Somália, à Serra Leoa, à Guiné (Conakri) e à Nigéria. Os níveis de desenvolvimento referidos baseiam-se nos *scores* da 1.^a componente principal e as trajectórias nas variações destes *scores* entre 1976 e 1984.

Considerando, conforme a análise anterior, a 2.^a componente como um referencial de «ligação» externa — promoção de exportações, industrialização e endividamento ⁽²³⁾ — e a 3.^a componente como um referencial de «desconexão»

⁽²²⁾ Nos gráficos n.ºs 6 e 7, as rectas a traço contínuo significam evolução (em termos de desenvolvimento) e as rectas a traço tracejado significam evolução negativa (involução).

⁽²³⁾ Importa salientar o baixo grau de transformação das exportações e lembrar que no âmbito do sector industrial está incluído o sector mineiro. Aliás, o SYSMIN de Lomé é geralmente visto como apoio à industrialização.



Níveis e trajetórias de desenvolvimento dos países ACP — Desenvolvimento e «ligação»

— esboço de desenvolvimento endógeno e de autocentramento colectivo — a leitura conjunta dos gráficos n.ºs 6 e 7 permite estabelecer, com base nas trajectórias da evolução positiva e de involução, o seguinte quadro de síntese:

QUADRO N.º 6

Trajectórias de desenvolvimento, «ligação» e «desconexão»

	Plano (C ₁ , C ₂)	Plano (C ₁ , C ₃)	Característica da trajectória	Número de países ACP
Países ACP com «trajectórias de evolução positiva»	↓	↓	(↓ ↓) (a)	4
	↑	↓	(↑ ↓) (b)	2
	↓	↑	(↓ ↑) (c)	7
	↑	↑	(↑ ↑) (d)	9
Países ACP com «trajectórias de involução»	↓	↓	(↓ ↓) (a)	4
	↑	↓	(↑ ↓) (b)	2
	↓	↑	(↓ ↑) (c)	6
	↑	↑	(↑ ↑) (d)	0
				34

(a) «Desconexão» não equilibrada pelo vector interno de desenvolvimento.

(b) «Ligação» intensa.

(c) «Desconexão» equilibrada pelo vector interno de desenvolvimento.

(d) Evolução mista: interacção dos vectores externo e interno de desenvolvimento.

A posição das setas para baixo ou para cima significa, respectivamente, trajectória descendente ou trajectória ascendente nos planos (C₁, C₂) e (C₁, C₃). A diversidade das situações criadas não permite tirar conclusões sólidas: quatro países ACP na situação (a) têm trajectórias positivas; outros tantos na mesma situação têm trajectórias negativas ⁽²⁴⁾. O mesmo acontece para as situações (b) e (c) ⁽²⁵⁾. A ilação mais pacífica é a validade das «evoluções mistas» — voltar-se para dentro e para fora simultaneamente, adequando o grau de abertura às necessidades nacionais de desenvolvimento. De facto, registámos nove trajectórias de evolução positiva segundo a situação (d), sem que se verificasse nenhuma trajectória de involução segundo a mesma situação/estratégia de desenvolvimento.

⁽²⁴⁾ No entanto, estas trajectórias negativas têm um impacte extremamente forte (v. o caso do Gana, da Somália e da Guiné). Ao contrário, os efeitos positivos no desenvolvimento segundo a mesma situação são ligeiros (v. casos do Sudão, Tanzânia e Benim).

⁽²⁵⁾ As trajectórias positivas na situação (b) são muito marcadas (v. o caso de Trindade e Tabago e mesmo o do Zaire).

O próximo e último passo nesta digressão empírica será a tentativa de relacionar a ajuda de Lomé com o desenvolvimento económico e social registado para os 34 países ACP seleccionados.

4 — Ajuda e desenvolvimento: Esboço de uma relação para o caso da Convenção de Lomé (Lomé I e Lomé II)

A análise empreendida em seguida utilizará predominantemente a regressão linear múltipla — OLS ⁽²⁶⁾. As variáveis a explicar serão, obviamente, todas as variáveis representativas das diferentes perspectivas de desenvolvimento consideradas neste trabalho: a) desenvolvimento global, necessidades básicas e tecnologia — índice global de desenvolvimento (IGD) (*scores* fornecidos pela 1.ª componente principal); b) desenvolvimento e «ligação» externa — índice de «ligação» (IL) (*scores* dados pela 2.ª componente principal); e c) desenvolvimento e «desconexão» — índice de desconexão (ID) (*scores* relativos à 3.ª componente principal). Os índices definidos correspondem ao ano de 1984 para os 34 países ACP em análise. Contudo, independentemente dos níveis absolutos de desenvolvimento atingido, na relação da ajuda de Lomé com o desenvolvimento dos países ACP importa especificamente conjugar as «variações de desenvolvimento» com variáveis representativas da ajuda de Lomé. Assim, iremos considerar também as variações entre 1976 a 1984 dos índices atrás referidos (Δ IGD, Δ IL e Δ ID).

Uma limitação geral deste estudo diz respeito aos períodos de desenvolvimento e de ajuda considerados. Sem dúvida, existirá um desfasamento entre a ajuda ao desenvolvimento (subvenções, empréstimos concessionais, etc.) e o crescimento e desenvolvimento económico. Todavia, não analisámos qual o desfasamento temporal óptimo a introduzir na relação entre ajuda e desenvolvimento no contexto em questão. Por isso, e salientando os limites daí decorrentes, o período coberto pela ajuda (1976-1985) será sensivelmente igual ao período relativo ao processo de desenvolvimento (1976-1984) ⁽²⁷⁾. A principal razão para este procedimento prende-se com a existência de abundante e sistematizada informação sobre a situação de Lomé I e Lomé II, cobrindo o período 1976-1985 ⁽²⁸⁾, informação essa que não quisemos deixar de aproveitar, enquanto os dados mais actuais e sistematizados sobre o desenvolvimento dos países ACP reportavam apenas a 1984 (relatório do Banco Mundial de 1986).

⁽²⁶⁾ OLS — *ordinary least squares*.

⁽²⁷⁾ É de salientar que os valores relativos à ajuda dizem respeito a compromissos. Por isso, é possível que muitas acções de ajuda ainda não tenham tido efectivamente lugar em 1985. Por outro lado, convém também referir que muitos dos indicadores de desenvolvimento não se referem exactamente a 1984, rondando o triénio 1981-1983.

⁽²⁸⁾ Comissão das Comunidades Europeias (1986).

O primeiro conjunto de regressões assenta sobre os resultados do ensaio relativo à qualidade (teórica) da ajuda — 1.^a e 2.^a componentes principais referentes aos 4.^o e 5.^o FED agregados (1976-1985). As suas designações serão respectivamente, QTA₁ e QTA₂. Os resultados apurados foram os seguintes (quadro n.º 7):

QUADRO N.º 7

Resultados das regressões dos índices de desenvolvimento sobre a «qualidade (teórica) da ajuda»

Variável dependente	Constante	QTA ₁	QTA ₂	R ²	\bar{R}	F
1) IGD	-0,290 (-0,419)	(*)+1,049 (2,176)	+0,100 (0,169)	0,17	0,12	3,27
2) IGD' (a)	-0,424 (-0,732)	(*)1,062 (2,625)	+0,066 (0,152)	0,24	0,19	(*)4,90
3) IL	-0,185 (-0,476)	-0,452 (-1,669)	0,306 (0,912)	0,21	0,16	(*) 4,06
4) ID	0,644 (1,870)	(*) 0,706 (-2,940)	-0,397 (-1,340)	0,22	0,17	(*) 4,43
5) ΔIGD	0,237 (1,255)	+ 0,087 (0,657)	+0,051 (0,310)	0,01	0,01	0,22
6) ΔIL	-0,079 (-0,317)	(*)-0,603 (-3,480)	-0,111 (-0,052)	0,37	0,33	(*) 8,97
7) ΔID	0,354 (1,408)	-0,331 (-1,891)	+0,056 (0,258)	0,17	0,12	3,17
8) IGD	-0,208 (-0,428)	(*)+1,002 (2,592)	—	0,17	0,15	(*) 6,17
9) IGD' (a)	-0,368 (-0,900)	(*)+1,028 (3,169)	—	0,24	0,22	(*)10,05
10) IL	(0,051) (0,182)	(*)-0,579 (-2,649)	—	0,18	0,15	(*) 7,02
11) ID	(0,322) (1,290)	(*)-0,519 (-2,624)	—	0,18	0,15	(*) 6,89
12) ΔIGD	(*)0,277 (2,065)	+0,063 (0,593)	—	0,06	0,03	0,35
13) ΔIL	0,087 (-0,502)	(*)-0,597 (-4,304)	—	0,37	0,34	(*)18,52
14) ΔID	0,360 (2,005)	(*)0,3352 (-2,471)	—	0,16	0,13	(*) 6,11

N. B. — Os valores entre parêntesis são as estatísticas *t*.

(*) Significância ao nível de 5 %.

(a) IGD calculado com base em 17 indicadores dos 23 inicialmente seleccionados.

Neste conjunto de regressões convém, em primeiro lugar, lembrar a forte correlação de QTA_1 com as subvenções e com a cooperação técnica e formação e a correlação importante de QTA_2 com os pagamentos e o número de modalidades de ajuda. De uma maneira geral, o IGD e a Δ IGD respondem positivamente à qualidade de ajuda (QTA_1 e QTA_2). Todavia, só os coeficientes relativos a IGD e IGD' sobre QTA_1 possuem significância estatística. Aliás, qualquer coeficiente relativo a QTA_2 não adquire significância estatística. Ambas as variáveis IL e ID, assim como as respectivas variações, respondem negativamente à variável independente QTA_1 . Como o principal elemento comum que existe entre estes dois índices é a industrialização (através dos indicadores D e M), pensamos que seja o fracasso ao nível deste sector o principal responsável pela resposta simultaneamente negativa destes dois índices face a QTA_1 .

Ao nível do primeiro bloco de regressões (equações 1 a 7), apenas as equações (2), (3), (4) e (6) são significativas (valores de F) embora os seus poderes explicativos globais sejam baixos (valores de (R^2/\bar{R}^2)). O segundo bloco de regressões [equações (8) a (14)] tem uma qualidade estatística superior, mas, ainda assim, longe da desejável em termos dos coeficientes de determinação (R^2/\bar{R}^2). Todas as equações são significativas, excepto a equação (12). Todos os coeficientes relativos a QTA_1 são significativos [excepto na equação (12)], confirmando os resultados principais já retirados do primeiro bloco de estruturas estimadas.

Com o objectivo de relacionar os índices de desenvolvimento com uma série de instrumentos concretos (essencialmente financeiros) da ajuda de Lomé, fomos estimar as equações incluídas no quadro seguinte (valores *per capita*) (quadro n.º 8).

Das variáveis escolhidas ressalte-se o facto de que quer as bonificações de juros quer as micro-realizações fazem parte das subvenções. A primeira variável mencionada pretende reflectir o nível de empréstimos do BEI. A segunda representa uma modalidade específica de ajuda em que é importante a participação e o empenho das populações locais. Mais uma vez, o poder explicativo das equações é, em geral, reduzido. No primeiro bloco [equações (1) a (6)], apenas as equações (1) e (4) têm significado estatístico, ambas referentes, respectivamente, a Δ IGD e IGD. Nestas duas equações assumem significado especial as bonificações de juros a cargo do FED respeitantes a empréstimos do BEI e, principalmente, os empréstimos especiais. Quisemos também comparar as regressões dos índices compostos (IGD, IL e ID) com as de outros indicadores de desenvolvimento (PNE *per capita* e PQLI). Estes, aparentemente, não reagiram favoravelmente aos ensaios. Do segundo bloco de estimações [(equações (7) e (8))] não fazem parte as subvenções e o micro-FED (subconjunto das subvenções). Os resultados melhoram, confirmando-se o peso dos empréstimos especiais (FED) e, indirectamente, o dos empréstimos do BEI nos

QUADRO N.º 8

Resultados das regressões dos índices de desenvolvimento sobre os principais canais de ajuda de Lomé

Variável dependente	Constante	Subvenções	Capitais de risco	Empréstimos especiais	Bonificações de juros	Micro-FED	R ²	F
1) ΔIGD	-0,342 (-1,210)	+0,012 (0,916)	+0,008 (0,126)	(*) 0,140 (2,650)	0,348 (1,813)	-0,298 (-0,613)	0,35 R ² = 0,24	(*) 3,06
2) ΔIL	-0,323 (-0,676)	-0,040 (-1,782)	+0,053 (0,469)	(*)+0,295 (3,295)	-0,478 (-1,471)	+0,064 (0,078)	0,30	2,38
3) ΔID	-0,274 (-0,625)	-0,025 (-1,205)	+0,100 (0,967)	0,154 (1,874)	0,042 (0,140)	1,416 (1,878)	0,24	1,81
4) IGD	-1,360 (-1,311)	-0,048 (-0,983)	+0,216 (0,883)	(*)+0,526 (2,705)	(*)2,175 (3,085)	-1,163 (-0,652)	0,44 R ² = 0,34	(*) 4,46
5) ΔPNB <i>per capita</i> (1976-1984)	1,738 (0,744)	+0,129 (1,167)	-0,696 (-1,267)	0,377 (0,863)	2,086 (1,314)	-0,941 (-0,234)	0,18	1,20
6) ΔPQLI (1976-1984)	2,328 (0,919)	-0,098 (-0,812)	+0,904 (1,516)	-0,206 (0,434)	+1,701 (0,988)	-4,893 (-1,123)	0,15	1,02
7) ΔIGD	-0,251 (-1,290)	—	+0,009 (0,144)	(*)+0,160 (3,318)	(*)0,283 (1,580)	—	0,33 R ² = 0,31	(*) 4,86
8) IGD	(*)2,233 (-3,000)	—	+0,138 (0,595)	(*) 0,465 (2,605)	2,311 (3,486)	—	0,41 R ² = 0,39	(*)7,05
9) IGD	(*)-2,032 (-3,106)	—	—	(*)+0,465 (2,631)	(*)2,319 (3,539)	—	0,41 R ² = 0,41	(*)10,63

N. B. — Os valores em parênteses são as estatísticas *t*.

(*) Significância ao nível de 5 %

níveis e variações de desenvolvimento (IGD e Δ IGD) ⁽²⁹⁾. Por fim, subtraindo a variável relativa aos capitais de risco (dado o seu fraco poder explicativo), obtivemos a equação (9), que relaciona razoavelmente o nível de desenvolvimento (IGD) com os empréstimos especiais e as bonificações de juros.

Uma outra perspectiva privilegiou a relação entre os índices de desenvolvimento e sectores específicos de intervenção da ajuda — cooperação técnica e formação e cooperação agrícola e industrial, esta última com base nas actividades do CTA e do CDI. O micro-FED, como tipo de ajuda peculiar, foi também introduzido. Os resultados obtidos constam do quadro seguinte (valores *per capita*) (quadro n.º 9):

QUADRO N.º 9

Resultados das regressões dos índices de desenvolvimento sobre domínios específicos da cooperação

Variável dependente	Constante	Cooperação técnica e formação	Cooperação agrícola e industrial (CTA/CDI)	Micro-FED	R ²	F
1) Δ GD	+0,088 (0,416)	(*) 0,147 (2,754)	-0,188 (-0,494)	0,342 (-0,688)	0,22 F ² =0,14	2,81
2) Δ IL	-0,150 (-0,388)	-0,046 (-0,470)	0,025 (0,035)	-0,199 (-0,219)	0,01	0,10
3) Δ ID	+0,044 (0,141)	-0,049 (-0,626)	0,847 (-1,516)	(*)+1,568 (2,143)	0,18	2,21
4) Δ PNB <i>per capita</i> (1976-1984) ...	+1,920 (1,306)	(*)+1,146 (3,079)	+3,735 (1,409)	-2,037 (-0,587)	0,26	(*)3,58
5) Δ PQLI (1976-1984)	+2,960 (1,902)	-0,226 (-0,572)	(*)-10,013 (-3,569)	-1,968 (-0,536)	0,31	(*)4,45
6) IGD	-0,810 (-0,954)	(*)+0,561 (2,606)	-0,318 (-0,208)	-0,895 (-0,447)	0,19	2,36
7) Δ IGD	-0,016 (-0,104)	+0,153 (3,126)	—	—	0,23 F ² =0,21	(*)9,75

N. B. — Os valores entre parênteses são as estatísticas *t*.

(*) Significância ao nível de 5 %.

Do primeiro bloco de estimações [equações (1) a (6)] resultam apenas duas equações significativas — a (4) e a (5) —, o que evidencia uma resposta razoável de indicadores mais tradicionais, nomeadamente o PNB *per capita*, ao tipo de modelo construído. Nestas duas equações é de salientar a ligação positiva de

⁽²⁹⁾ No mínimo, reduziu-se o grau de multico-linearidade, dada a relação existente entre subvenções, bonificações de juros e micro-FED.

Δ PNB *per capita* e a cooperação técnica e formação e a forte relação negativa entre Δ PQLI e as actividades do CTA e CDI ao nível de cada país. De notar ainda o impacto positivo e significativo do micro-FED sobre Δ ID. Finalmente estimámos a equação (7). Esta equação corroborou os resultados anteriores: ligação positiva e significativa do IGD com a cooperação técnica e formação. A cooperação técnica e formação como factor positivo de desenvolvimento poderá acentuar-se cumulativamente na medida em que, para o caso dos 34 países ACP seleccionados, a um acréscimo de 1 % nos compromissos totais assistimos, em média, a um acréscimo de 1,089 % nos compromissos relativos à cooperação técnica e formação ⁽³⁰⁾.

5 — Nota conclusiva

Dos estudos empreendidos sobre a qualidade de ajuda (segundo a análise em componentes principais) e sobre a relação da ajuda de Lomé com o desenvolvimento económico e social verificado (segundo a análise da regressão) destaca-se, no primeiro, a fragilidade estatística e a arbitrariedade taxonómica dos resultados alcançados e, no segundo, a deficiente qualidade estatística das equações estimadas. Este último aspecto é, do ponto de vista da econometria, explicado pela falta de uma maior pesquisa na especificação dos modelos (tipo e mensuração das variáveis, introdução de *lags*, transformação de variáveis, etc.). Pensamos, no entanto, que a razão básica para esta situação prende-se com a própria complexidade da relação em causa, tantas vezes evidenciada por outros estudos empíricos. Segundo alguns autores: «Before anything definitive can be said about the quantitative impact of aid on macroeconomic performance, detailed studies of particular countries over reasonably long periods are required ⁽³¹⁾.» Ainda assim, o estudo confirmou alguns resultados já esperados, apresentou outros porventura mais obscuros e, fundamentalmente, mostrou ser necessário implementar e aperfeiçoar processos descritivos da evolução da ajuda e do desenvolvimento, permitindo, deste modo, introduzir atempadamente práticas correctoras quando necessário e avaliar sistematicamente o processo e os resultados da ajuda. Esta última preocupação tem vindo a consolidar-se, em particular, após Lomé III.

⁽³⁰⁾ Neste caso particular, ajustamos uma função potência (elasticidade constante): $CTF = A \cdot C^B$, em que CTF é a cooperação técnica e formação e C representa os compromissos totais. O resultado final do ajustamento (através de transformação logarítmica) foi: $CTF = 0,047 \cdot C^{1,089}$ ($R^2 = 0,74$; $F = 172$).

⁽³¹⁾ R. Cassen, e outros (1986), p. 4. V. ainda A. P. Thirlwall (1983), p. 327.

ANEXO

Os países ACP (Lomé I Lomé II)

Antígua e Barbuda (AB).	Guiné-Bissau (GB).	Salomão (SA).
Baamas (BA).	Guiné Equatorial (GE).	Samoa (SM).
Barbados (BR).	Guiana (GU).	São Tomé e Príncipe (TP).
Belize (BE).	Jamaica (JA)(*).	Senegal (SE)(*).
Benim (BN)(*).	Kiribati (KI).	Seicheles (SH).
Botswana (BO).	Lesoto (LE)(*).	Serra Leoa (SL)(*).
Burkina Faso (BF)(*).	Libéria (LI)(*).	Somália (SO)(*).
Burundi (BU)(*).	Madagáscar (MA).	Sudão (SU)(*).
Camarões (CA)(*).	Malawi (ML)(*).	Suriname (SR).
Cabo Verde (CV).	Mali (MI).	Suazilândia (SZ).
Chade (CH)(*).	Maurícia (MR).	Tanzânia (TA)(*).
Comores (CO).	Mauritânia (MT).	Togo (TG)(*).
Congo (CN)(*).	Níger (NI).	Tonga (TN).
Costa do Marfim (CM)(*).	Nigéria (NG).	Trindade e Tabago (TT)(*).
Djibuti (DJ).	Papuásia-Nova Guiné (PG).	Tuvalu (TU).
Dominica (DO).	Quênia (QN).	Uganda (UG)(*).
Etiópia (ET)(*).	República Centro-Africana (RC).	Vanuatu (VA).
Fiji (FI).	Ruanda (RU).	Zaire (ZA)(*).
Gabão (GA).	São Cristóvão e Nevis (SN).	Zâmbia (ZM)(*).
Gâmbia (GM).	Santa Lúcia (ST).	Zimbabwé (ZI)(*).
Gana (GN)(*).	São Vicente e Granadinas (VG).	—
Granada (GR).		—
Guiné (GI)(*).		—

(* Países ACP com mais de 1 milhão de habitantes em 1976.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOUROCHE, J., e SAPORTA, G. (1980), *L'analyse des données*, PUF, Paris.
- CASSEN, R. (1986), *Does Aid Work?*, Report to an International Task Force, Clarendon Press, Oxford.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1986), *Communication de la Commission à la Cour des Comptes, au Parlement Européen et au Conseil. Bilans financiers et comptes des 3e, 4e et 5e Fonds européens de développement pour l'exercice 1985*, Com(86) 177 Final;
- — (1991), «De Lome III à Lome IV, Bilan de l'Aide des Conventions de Lome à la Fin de 1989», *Europe Information*.
- MATEUS, A., e DUARTE, J. (1983), «A Economia mundial nos anos 60 e 70: Um ensaio de caracterização da evolução da hierarquia entre as economias nacionais com especial relevo para as situações de 'semi-industrialização'», in *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, ed. CISEP/ISE.
- KOUTSOYIANNIS, A. (1978), *Theory of econometrics. An introduction exposition of econometric methods*, 2.^a ed., MacMillan Press, London.
- ONUDI (UNIDO) (1985), *Industry and Development, Global Report*, Viena.
- RAMOS DOS SANTOS, A. (1983), *Recursos Humanos e Tecnologia nos Países em Desenvolvimento — Medida e Ensaio Interpretativo*, dissertação para doutoramento em Economia na UTL, ISE.
- THIRLWALL, A. (1983), *Growth and Development with special reference to Developing economies*, MacMillan, 3.^a ed., Londres.